

Álvaro José: Militante da liberdade

Álvaro José: Freedom fighter

Zeno Soares Crocetti*

resumo

Este trabalho pretende homenagem Álvaro José de Souza, nosso amigo, homem forte, nosso militante da liberdade, mas ao prestar homenagem ao Álvaro, como pano de fundo estaremos fazendo um diagnóstico da Educação Brasileira, num pretexto de alertar o Governo Popular recentemente instalado no Brasil, e auxiliá-lo nas várias leituras dessa realidade multifacetada.

Palavras Chave: Geografia, Humanidades, Escola Cidadã, Educação e Liberdade.

Abstract

This work intends homage Álvaro José of Souza, our strong friend, our militant of the freedom, but when rendering homage to Álvaro, as backdrop we will be making a diagnosis of the Brazilian Education, in an excuse of alerting the Popular Government recently installed in Brazil, and you aid him in the several readings of that reality multifaceted.

Key Words: Geography, Humanities, Citizen, Education and Freedom.

“Como o objetivo das Humanidades não está na busca de resultados, mas no encontro de um sentido para a ação, as Humanidades são relegadas a um segundo plano, quando, mais do que antes, sua tarefa é essencial”.

Milton **Santos**, *As humanidades*, 1994.

Por que homenagear Álvaro José? Ainda mais num país pouco acostumado a glorificar seus expoentes, onde o normal é colocar na escuridão! É uma homenagem póstuma, que, de alguma maneira, resgata como outras que estão sendo realizadas, a que ele não teve quando faleceu.

* Diretor da AGB-Curitiba, professor de geografia na UNIBEM. Texto publicado na Revista Ciência Geográfica, Bauru/SP, V. IX, p. 47-54, 2003.

Para mim, é mais do que uma homenagem póstuma, eu me lembro de quando Álvaro, meu amigo, discutíamos sobre as mazelas da educação brasileira, principalmente a da Geografia, Álvaro estabeleceu como utopia a Escola Cidadã, como um dever do Estado, onde a sociedade teria o controle social, que teria que ser construída por todos e todas, numa perspectiva de um currículo multicultural – não indiferente às diferenças – mas recheado de vivências democráticas, com processos de avaliação emancipadora e produtora de conhecimentos que preparem todos os seres humanos para serem sujeitos, protagonistas ativos, nos contextos específicos de seus respectivos processos civilizatório. Mas para o Álvaro, também deveríamos condenar a apropriação privada do conhecimento científico e tecnológico como mera acumulação econômica que se baseia na espoliação humana, já que seus autores o geraram graças à conjugação de esforços coletivos, constituindo patrimônio da humanidade.

Agora, fazemos um resgate em nome da nação. É curioso que o façamos quando de todos os lados há ataques à idéia de Nação. Escrevo no calor dos ataques assassinos dos Estados Unidos, comandado por George Bush aos Iraquianos. O fato de haver colegas professores, que acreditam na Nação brasileira é motivo de muita honra para nós, o que isso indica? Quer significar que a idéia de Nação não morreu, não morre e que ela vive através do nome de Álvaro José. A Nação é isso também: a Nação é dada pelos grandes homens que ela produz e no caso de ter um grande homem que tendo começado a ver o problema no âmbito do seu país acaba por vê-lo no âmbito do mundo.

Do Pesadelo a Utopia do Possível

Percebemos uma sombra nos muros que dificulta a visão sobre as coisas, os homens e o mundo. O mundo hoje, na perspectiva da ótica da produtividade, foi construído sob o paradigma da revolução industrial e este está sendo modificado tão rapidamente que, contraditoriamente, levamos muito tempo para perceber seus efeitos, seus sintomas. Parecendo funcionar como um sistema de irradiação centrífuga, esses efeitos observados nos países mais desenvolvidos são sentidos tardiamente nos países menos desenvolvidos. Desemprego combinado com expansão ou intensificação de jornadas de trabalho, flexibilidade nos contratos de trabalho com restrições ou perdas de direitos trabalhistas, carreiras bem estruturadas dando lugar a contratos de risco, essas e outras questões são alguns dos ingredientes de um mundo cujas perspectivas futuras são incertas e cujo presente é sombrio para uma multidão de ex-trabalhadores e para outros tantos não trabalhadores. Ex-trabalhadores porque perderam seus empregos ou porque perderam aquela capacidade de alternâncias, na mesma função ou funções

diversificadas, em diversos empregos. Não trabalhadores porque sequer a essa situação poderão se encontrar, pois sua formação/qualificação profissional já se tornou obsoleta ainda antes de entrar para um mercado de trabalho instável e incerto. O mundo da produção mudou e com ele, todos os saberes estão sendo dissolvidos. Diz-se que o trabalho humano, como capacidade de transformação da natureza pelos saberes, pelas técnicas e habilidades manuais humaniza o homem porque produz coisas, idéias e relações, além de prazeres (Lopes, 2000, p.141). Entretanto, não parece ser verdadeira a tese, visto que o trabalho no mundo capitalista não garante essa realização para todos.

No mercado a força de trabalho humana é também mercadoria e enquanto tal, no mundo competitivo, também encalha, apodrece e morre. Entretanto, os sujeitos permanecem vivos (ou sobrevivem) detendo uma força de trabalho que não mais gera valor. São proprietários de um conjunto de saberes, técnicas e habilidades que geram "produtos obsoletos". Nas reflexões de Haddad (1997), nessas condições, nem se fala mais em exército industrial de reserva. Os novos agentes da produção, ou "agentes inovadores" como denominam o autor, são outros. Hoje são compostos por cientistas, engenheiros e técnicos, "operários" do novo século. Estes já não realizam trabalho (função, preponderantemente, da tecnologia) e sim atividade (função da capacidade cognitiva do homem). Hoje já pode começar a falar da constituição de um exército científico de reserva (Haddad, 1997:120).

Diante desse quadro, não por acaso a educação é chamada a dar sua contribuição, novamente. Já não basta que se movam alavancas e nem que se aplique o velho planejamento técnico. O trabalho agora deverá ter caráter investigativo (permanece científico) e assentado num planejamento estratégico. A velha formação fordista/taylorista, padronizada, massiva e separando o pensar do fazer, ainda permanecerá por muito tempo, mas ficará subordinada às novas concepções, seja no âmbito local, regional ou internacional. Esta se configurando como uma nova característica da divisão internacional do trabalho ou da produção.

Diagnosticando e Propondo Alternativas

Se o Álvaro estivesse conosco diante desse quadro conjuntural, desse modelo econômico/educacional que se instalou em alguns países do mundo e no Brasil, nos últimos 10 anos e que pautaram nosso campo de preocupações, análise, interpretação e proposições, quais seriam as interpretações do conjunto das culturas escolares (LDB, PCN, DCN, Currículo, Livros Didáticos, portarias, etc.) alimentadas através das políticas educacionais, quais seriam os esquemas interpretativos que possibilitariam desvelar a

função social da Escola, (os saberes, as culturas e as práticas que são construídas no cotidiano escolar), na intenção de uma alternativa a esse modelo, ou seja, diante de um novo governo, pela primeira vez popular e com o apóio das bases, qual seria nosso papel na construção de uma alternativa concreta diante da constatação das mazelas do modelo educacional implantado no Brasil?

Se o projeto para um “novo mundo” proposto pelo Banco Mundial, guardião das Grandes Corporações Econômicas, reservam para a educação os seguintes parâmetros:

- escolas privadas pagas pelas empresas que deduzem as despesas da sua carga tributária através de mecanismos como o “vale educação”;
- escolas com níveis compatíveis aos das taxas de trabalhadores que se formam neste processo de reorganização do trabalho e da produção;
- escolas de ensino elementar, cuja complementação se fará a partir da função do trabalhador, respeitando a sua mobilidade através de um cuidadoso programa de treinamento.

Em vista desses pressupostos decisórios de amplo alcance, cabe uma primeira questão esclarecedora:

Como esses mecanismos chegam à escola?

E uma resposta clarificadora levará em consideração:

- a reintrodução de um neoeconomicismo voltado para utilização das novas tecnologias, particularmente na área de informação – mas não para o domínio desta tecnologia: é a humanidade que se integra à tecnologia e não a tecnologia que se ajusta à humanidade;
- que os conteúdos serão seqüenciados, regulados, periodizados, ou seja, regulados na busca da igualdade, da padronização, negando a diversidade cultural, os ritmos diferentes as multidiversidades; e que a prática pedagógica será regulada por médias, por provas avaliativas iguais para todos e, como já em prática hoje, exames de avaliação nacional padronizado (SAEB, ENEM e PROVÃO);
- mecanismos estratégicos, como o alongamento do tempo de aprendizagem, eliminação da reprovação no ciclo básico, mecanismos de recuperação paralela, ou de final de curso (de fato, medidas paliativas do Estado, para mascarar a incompetência no trato com a Educação, uma vez que, para garantir qualidade, inclusão e diversidade cultural, teríamos que mexer no número de alunos por turma,

efetivar maior infraestrutura das escolas, valorizar o salário do professor e corrigir cargas horárias excessivas – uma vez que tudo isso inviabiliza uma prática educativa escolar plural e cidadã).

E numa dimensão mais específica, deveríamos buscar responder as seguintes questões:

- que projeto de Educação e de Escola nos possibilita explorar estas contradições, nos permitindo, conseqüentemente, colocar a Educação a serviço da maioria da população?
- quais os efeitos das atuais políticas públicas em Educação, no tocante ao corpo docente e discente?
- quais as conseqüências desse processo de formatação de um modelo padronizador na Educação Brasileira?
- como particularizar as interferências diagnosticadas na prática dos professores de Geografia?

O trato dessas questões levará em conta que a educação e as culturas escolares deveriam caminhar juntas, cabendo à escola organizar os saberes, entrecruzando-os com o cabedal cultural dos alunos, ou seja que os saberes que os alunos levam para a escola devem ser respeitados. Muitos destes saberes fazem parte do imaginário dos alunos e a escola deveria saber lidar com isso, realizando um trabalho prazeroso e motivador em termos da realidade sociocultural dos mesmos alunos.

Ao respeitar a cultura dos alunos, a escola deve evitar estigmatizá-la ou mantê-la isolada numa espécie de gueto. Todos os alunos devem ter oportunidade de serem expostos a outras manifestações culturais e artísticas. A cultura é plural e se vivemos numa sociedade plural, a educação escolar deve reconhecer a diversidade, pois quando se trabalha com a cultura do aluno já se tem uma nova concepção do saber escolar.

Sintonizar o **Modelo de Educação** no Mundo Contemporâneo não é tarefa fácil, exige observação, reflexão e muito debate, pois a velocidade com que os avanços técnicos e tecnológicos são produzidos, dentro da lógica da acumulação capitalista baseada na obsolescência nos traz a certeza de que cedo o novo fica velho!

A escola, que tem uma grande importância na educação de homens e mulheres do hoje e do amanhã, deve investir na construção de um cidadão solidário, com iniciativa e capacidade de resolver problemas, elegendo princípios que edifiquem conhecimentos sólidos para uma atuação responsável no mundo. Não se espera mais que a escola ensine tudo o que o cidadão precisa, mas que o leve a um entendimento da necessidade de uma educação permanente, pela busca de atualização constante para uma ação competente num mundo em constantes transformações.

Tempos sombrios da modernização conservadora:

Parece que os operadores desse modelo, tendo a frente o Sr. Paulo Renato, legaram à educação a atribuição de "resolver" essa nova situação. Todos os sujeitos sociais concordam que a educação tem a responsabilidade de forjar um novo pacto, uma nova integração, uma nova cultura.

Ora, para Furquin (1993) a cultura é o conteúdo substancial da educação. Entretanto a educação não a abarca totalmente, portanto, educação não é toda cultura, principalmente quando se trata da educação formal (qualquer que seja). Esta se ocupa e transmite apenas elementos da cultura que são previamente definidos, interessado num novo pacto social, que minimize os conflitos e crises sociais que estão emergindo pela velocidade com a população mundial vem sendo excluído da Ordem Mundial que tem a frente o interesse totalitário dos Estados Unidos.

Entretanto, essa condição social e econômica que estamos vivendo nos leva a refletir que um processo educativo mais amplo ocorre independentemente das estruturas formais porque as pessoas precisam viver e assim novas respostas são dadas fora do controle da educação interessada. A orientação hegemônica cria uma precariedade tão grande entre o instituído e o popular que na tentativa de submeter o segundo a ótica do primeiro cria situações bizarras. (Milton Santos, 2000, já nos alertava.) *“Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado, partícipe das novas massas, e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único. Os pobres não se entregam e descobrem a cada dia formas inéditas de trabalho e de luta; a semente do entendimento já está plantada e o passo seguinte é o seu florescimento em atitudes de inconformidade e, talvez, rebeldia.”* É nesse jogo que os conflitos aparecem e se busca minimiza-los sob a égide da equidade educacional.

Nessa direção, através de riscos e incertezas, é que se formula a educação formal e profissional em todos os níveis, pois, a direção é dada por quem financia as políticas educação no mundo globalizado e neste caso estamos falando do Banco Mundial. Quem financia também prepara seus gestores.

A educação no Brasil foi, desde cedo financiada/preparada por agências externas: Acordos MEC/USAID, depois BIRD. Em todos os casos os financiamentos previram a formação de seus gestores que trataram da coisa pública como coisa privada. Assim, deixa de ser financiamento para ser investimento e como tal também tem riscos contratuais. Nesse sentido o benefício, no caso aqui, a educação é tratada, na visão do negócio, como serviços prestados a quem melhor puder oferecer, seja o Estado ou a Empresa privada. Isso gera, também uma mudança na característica do sujeito beneficiado porque passa de cidadão que enquanto tal tem direito à educação, a consumidor que passa a consumir serviços educacionais, tanto quantos quiser e/ou puder comprar.

Como todo serviço prestado, na ótica do mercado, predomina a prática de que um bem pode ser modificado ou suprimido pela vontade de quem oferece e pelos interesses de quem o consome. A primazia do mercado não dá espaço a direitos. Assim a educação parece perder gradativamente a condição de bem humano e, portanto público, para se tornar uma mercadoria. Essa tem sido a tônica no Brasil, país considerado emergente. Não se pode deixar de registrar que os países mais avançados, os europeus, principalmente, não se deixaram levar por essa armadilha.

Como foi afirmada, uma política educacional deve estar colada ao modelo produtivo em andamento, portanto, o modelo aplicado é o sistêmico. Retomando, o modelo educacional vigente na maior parte do século XX, procurou formar, preparar e qualificar o homem na perspectiva do paradigma industrial/fordista que foi (ainda é) representado pelo trabalho-assalariado, gerador de valor pelo tempo de trabalho empregado na produção da mercadoria. Inclusive mercadoria força de trabalho. Hoje começa a se delinear o trabalho-empendedor, uma concepção bastante controvertida, no qual, mescla-se muitas vezes e de forma não muito clara, a idéia de que o homem é responsável por sua própria sobrevivência no mundo do trabalho: a empregabilidade.

De modo geral, embora não por definição, mas por suas características, dá-se a entender como empreendedor aquele que descobre e investe de forma apropriada em algo novo criativo que pode ocupar, produtivamente, um nicho detectado. Da mesma forma, dá-se a entender por empregabilidade, aquele que deixa a segurança pelo risco, a

carreira linear e única pela mobilidade na rede ocupacional, o currículo de vida pela navegação do incerto.

O que poderia ser alternativo?

Num mundo cada vez mais desigual em que o desemprego estrutural, a corrupção, a ilegalidade e o crime organizado fazem parte do dia-a-dia de qualquer país, fica muito difícil acreditar no discurso neoliberal, daqueles que pregam a integração planetária sob a lógica das grandes redes, (FMI, OMC, BIRD Internet, etc.) que iriam democratizar o acesso ao dinheiro produtivo, às informações e aos avanços da tecnologia.

Esta exposição propõe elucidar, debater, as posições teóricas e experiências concretas a respeito das transformações ocorridas no mundo, na educação e na disciplina escolar de Geografia, após a divulgação dos planos de estabilidade econômica, da reestruturação produtiva e dos PCN's e DCN's, sendo desta forma, um pretexto para reflexão e avaliação dessas novas propostas metodológicas e educacionais para o ensino da Geografia.

Vamos falar de educações (no plural), pois elas são mesmo muitas e diversas: nas concepções que as fundamentam, nas práticas em que se exercem, nos interesses aos quais servem, nos produtos e resultados a que chegam, nos significados que adquirem para os seus sujeitos. Começamos perguntando: quem é o um e quem é o outro (alter) da educação de que estamos falando? o que é alternativo nessa educação?

Penso que as escolas e experiências educativas produzidas ao longo da história brasileira oferecem uma boa amostragem de um universo de práticas sociais, de sujeitos que entendem e faz educação de um outro jeito, um jeito próprio (alternativo). Como exemplo as práticas, que vem desde os quilombos no século XVII (experiência que durou quase um século, alternativa à das senzalas) até o movimento *Mangue Beat* (afrociberdéllico), ou seja, movimento artístico-cultural alternativo à cultura patrocinada pela mídia, que revitalizou a cena cultural recifense na década de 90, sem falar nos movimentos do Olodum e da Timbalada em Salvador, entre dezenas de outras formas alternativas espalhadas pela imensidão desse nosso Brasil.

O grande desafio da educação oficial brasileira hoje é garantir uma escola de qualidade e trajetórias escolares bem sucedidas para todos. O ensino fundamental deveria em sua prática curricular, fortalecer as aquisições básicas para a cidadania, oferecer ferramentas para a apropriação crítica de conhecimentos, para uma relação

competente com as tecnologias da informação e para a consolidação de valores e atitudes básicas, ou como reza a lei;

- *O grande desafio da educação brasileira hoje é garantir uma escola de qualidade e trajetórias escolares bem sucedidas para todos. O ensino fundamental deve, em sua prática curricular, sedimentar as aquisições básicas para a cidadania, oferecer ferramentas para a apropriação crítica de conhecimentos, para uma relação autônoma e competente com as tecnologias, as ciências e as informações e para a consolidação de valores e atitudes básicas.*

Não podemos perder de vista as finalidades da educação básica – na qual o ensino fundamental está inserido – que são definidas na lei como as de "desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". (Lei 9.394/96 - Art.º 22)

Até recentemente, se perderam em soluções oportunistas no MEC, com o objetivo, segundo FHC, para solucionar os que reclamaram um aprofundamento em relação à *função social da escola*. Para evitar isto, tem sido tarefa fundamental dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação garantir que a riqueza e diversidade das propostas pedagógicas das escolas se organizem ao redor de pontos básicos que seriam demandas sociais historicamente defendidas, ou seja, através das *Diretrizes Curriculares Nacionais* para o Ensino Fundamental, instituída pela Resolução CNE/CEB nº 02/98 e pelo Parecer CNE/CEB nº 04/98, e os *Parâmetros Curriculares* para o Ensino Fundamental foram apresentados à sociedade brasileira e às comunidades escolares, respectivamente, como normas e como pontos de referência para que cada escola elabore e desenvolva seu próprio processo de ensino-aprendizagem.

E outras regulações na busca da função da escola

A concepção abrangente de educação explicitada nos Artigos 205 e 206 da Constituição Federal enfatizam, enquanto norte do processo educacional, o desenvolvimento pessoal como cidadão, reconhecendo o valor da experiência extraescolar e da articulação da educação escolar com o trabalho e as práticas sociais:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores que fundamentam a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. "(Artº 32)".

Ainda segundo as portarias do CNE e das secretárias de educação, especialmente a paulista, conforme síntese a baixo;

Espera-se que a proposta pedagógica de cada escola, nela exercitada cotidianamente, respeite uma dimensão política que represente os valores democráticos e os direitos e deveres dos cidadãos. Essa proposta deve sempre estar acompanhada, ainda, da dimensão ética, que defende a responsabilidade pessoal, a tolerância, a solidariedade, o respeito ao bem comum, o fortalecimento dos laços familiares; e da dimensão estética, comprometida com o exercício da sensibilidade e da criatividade, com o reconhecimento de múltiplas culturas em interação na escola, com a não padronização de ações e de formas de relacionamento interpessoal.

Além disso, a proposta pedagógica de cada escola, em que pese à ampla abertura de caminhos e metas educacionais defendidas, deve garantir o desenvolvimento da autonomia intelectual de alunos e professores, da capacidade para argumentar e justificar pontos de vista, para realizar experimentos e desenvolver projetos para autoanalisar-se. Isto deverá possibilitar o reconhecimento da identidade de cada aluno, garantir igualdade de oportunidades para a aprendizagem, diversificando os meios, respeitando e trabalhando suas diversidades no processo, para que alcancem as competências propostas como desejáveis pela comunidade escolar.

A sociedade espera que tais competências envolvam conhecimentos significativos, habilidades complexas. Isto envolve criar situações concretas para o aluno pensar, avaliar, propor soluções e assumir um comportamento cognitivo, afetivo-attitudinal, pragmático etc, mais adequado às situações propostas. Não pode uma comunidade, vivendo a dinâmica social de nosso tempo, contentar-se com aprendizagens que não apontem avanços no desenvolvimento conceitual dos alunos. Estes, afinal, serão os responsáveis pela produção coletiva de novos conhecimentos, de obras artísticas, de propostas políticas, de artefatos, tecnologias, e formas de organização social. Esta perspectiva inclui reelaborar as concepções de conhecimento implícitas no currículo, analisando não mais como conjuntos estáveis, estruturas hierárquicas imutáveis, cadeias causais linearmente condicionadas, e aproximá-la decisivamente de um novo paradigma, qual seja, o de conceber o conhecimento como parte de uma rede de significações,

envolvendo tanto relações interdisciplinares quanto às construídas no interior das diversas áreas de conhecimento. Para tanto se faz necessário um projeto de ensino dinâmico, articulado com as experiências de vida e com as diferentes linguagens hoje presentes no cotidiano social.

Há de se entender ainda que o novo momento educacional em que vivemos é repleto de possibilidades e exige novas posturas dos educadores. Nesse sentido, não cabe a este Conselho definir particularidades da ação pedagógica, nem como esta deve se organizar, tarefa a ser construída coletivamente pela equipe escolar, a partir dos princípios definidos neste documento e que se consubstanciará no seu projeto pedagógico, tendo como eixos orientadores as **Diretrizes Curriculares Nacionais** para a Educação Fundamental (Resolução CNE/CEB nº 2/98), a própria Lei Nº 9394/96 e os **Parâmetros Curriculares Nacionais**, documento que se constituiu como instrumento norteador das Instituições.

Desde 1992, a escola vem incorporando políticas públicas educacionais sem refletir, de forma autoritária sem discussões uma proposta de educação que visa nortear e fundamentar seu trabalho pedagógico na escola como um todo, a fim de obter coerência teórico-prática enquanto espaço de produção e socialização de conhecimentos. Como síntese destas políticas, estudos e discussões destacam-se:

- Homem Objetivado: cidadão crítico, responsável e consciente de seus direitos e deveres, comprometidos com o social e ciente de seu papel histórico na sociedade.
- Sociedade Objetivada: sociedade justa e democrática, organizada através da luta e consciência política e social do povo, com iguais meios de acesso e distribuição equitativa dos bens materiais e culturais.

Sendo assim, a função social da Educação: *Transmitir o conhecimento construído historicamente pelos homens criando e recriando o mesmo, de modo a adequá-lo à nova realidade social e desse modo contribuir para a formação de um sujeito criativo, participativo, autônomo, crítico e transformador.*

A partir deste entendimento, o Estado definiu como sendo Função Social da Escola transmitir/socializar os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, dando condições para que os alunos se produzam socialmente enquanto sujeitos históricos, críticos, participativos e criativos.

Como objetivos da Escola e do ensino fundamental, temos:

- Facultar o acesso ao conhecimento historicamente produzido;
- Selecionar/sistematizar e socializar conhecimentos (conteúdos) que contribuem para a formação de sujeitos críticos, participativos;
- Confrontar e sistematizar os conhecimentos que o aluno traz para a sala de aula (escola) com os conhecimentos já elaborados (científicos), visando a (re)construção desses conhecimentos;
- Proporcionar e potencializar o desenvolvimento do aluno das suas capacidades cognitivas, afetivas, emocionais, motoras, através do processo ensino-aprendizagem;
- Possibilitar situações educacionais de produção e socialização de conhecimentos para que o aluno sinta-se sujeito do processo de construção da cidadania;
- Proporcionar informações, conhecimentos para que os educandos tenham condições de conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio cultural, bem como aspectos sócio-culturais de outros povos, grupos e nações;
- Estabelecer relações sociais democráticas no processo ensino-aprendizagem, possibilitando uma ação social autônoma na relação e convivência cotidiana da escola e na sociedade.

A saída seria a Escola Cidadã ou Escola Plural?

Devido a suas escolhas feitas durante toda a sua vida, talvez Álvaro diante desse diagnóstico, e num gesto de generosidade intelectual, – que era sua marca registrada, acenasse com um gesto cooperativo e entusiasta para o novo Governo Popular, para contribuir no sentido de resolver a crise educacional que assola o Brasil.

Um início poderia ser a valorização do profissional, o respeito à diversidade cultural, o que poderia ajudar na inclusão dos nossos alunos. Mas, por que muitos de nós em seus diagnósticos estamos insatisfeitos com a Escola Cidadã, e dizemos a mesma coisa com significados muito diferentes. Acho que por isso, quando nós professores denunciemos que os alunos na oitava série chegam com uma imensa defasagem, com uma grande deficiência, acho que é fruto dessa falta de compreensão dos conceitos. Em nenhum momento, os modelos da Escola Cidadã, afirmam que estes alunos poderiam estar neste lugar da escolaridade com este quadro de defasagem. Muito pelo contrário, a idéia, o objetivo, o ideal desses modelos seria de que isso não ocorresse definitivamente para que

ele possa ser incluído efetivamente no lugar da sua cidadania. Não acho que vamos resolver todos os problemas, mas acho que vamos começar a identificar o que estamos chamando do que nesse processo.

Diagnosticado, percebido que alguns alunos na oitava série saem da escola sem saber fazer uma conta. Acho que tem que haver uma maneira de fazer essa correção, para que eles possam ser incluídos, e realizar os objetivos da escola **Plural** ou **Cidadã!** Seria a falta de estrutura, de condições para o exercício do magistério, a excessiva carga de trabalho pela defasagem salarial, a formação dos professores, a soma de tudo isso?

Se formos ver o histórico do índice de repetência e evasão escolar ao longo do século XX, e início do XXI, eles são absolutamente perversos quase 50% dos alunos que entram na escola foram expulsos no primeiro ano, ou seja, é uma escola extremamente excludente, em que as crianças não têm oportunidade de aprender e nem mesmo de percorrer o seu caminho na escola. Não foi o “novo modelo” implantado em algumas localidades e Estados que trouxe a não aprendizagem. A não aprendizagem já existia. E se isso continua acontecendo, temos que discutir e problematizar isso dentro das novas propostas.

Os programas Escola **Plural** e **Cidadã** são muitos. Tem escola que deu conta de fazer coisas belíssimas que não fazia há 10 anos. Tem escola, que hoje, alguns professores continuam com a prática de 10 anos atrás e, a maior parte deles nem aquela prática de 10 anos atrás chegaram. Entendo que faltam condições hoje, para que o modelo se efetive, são condições objetivas de trabalho, entre elas a formação continuada em serviço para todos e a necessidade de ter tempo para conhecer a diversidade cultural do aluno.

A Responsabilidade Social e Financeira da gestão do ensino pós-reformas

“O capitalista só pode enriquecer se produzir mercadorias, logo valores de uso, deve produzir o que é necessário e tanto quanto é preciso para as necessidades da sociedade, senão uma parte das mercadorias não será vendida e a mais-valia que contem não será realizada.”

Karl **Marx**, *Textos Econômicos*, p.12, 1973.

Em educação não interessa muito o vender e comprar, o que realmente importa ao povo brasileiro é que quem controla o saber tem em mãos uma ferramenta ideológica, ou

seja, em última análise, controla a produção do conhecimento. Nesse caso não interessa controlar as instituições (infraestrutura).

Hoje os responsáveis pelas políticas públicas não são as instituições públicas, nem a sociedade civil organizada, mas sim o Banco Mundial.

Muitas são as relações de poder que estão implícitas no currículo, uma vez que este não se reduz a uma lista de conteúdos, mas se trata de um projeto de país que não está a serviço de todos. Isso fica mais evidente nas novas culturas escolares, quando se observa que a proposta substitui habilidades por competências, o que certamente levará à despolitização e ao individualismo extremo.

O que está por trás desse modelo totalizante, que é monitorado pelo centro do capitalismo? Num futuro próximo iremos nos surpreender logo com a arrancada do Brasil no ranking mundial da ONU (IDH), pois um dos indicadores mais importantes para um bom desempenho é a qualidade da educação. E essa reforma vem no sentido de alavancar o conceito de educação. Um dos indicativos é a formação em massa, e os processos aligeiradores, aonde o governo vem liberando licenças a torto e direita, sem nenhum compromisso por parte das instituições beneficiadas, sem um projeto educacional consistente, para tanto vem aumentando exponencialmente o acesso à educação média e superior. E o Governo FHC achou um modo de mascarar os índices da educação, através do aumento das condições que facilitam o acesso aos certificados e diplomas, como por exemplo, nos chamados Cursos Normais a Distancia, aulas por parabólicas, por fitas de vídeo, onde as empresas participantes, são as mesmas que oferecem os cursos, e elas mesmas fazem a certificação!

Dessa maneira diminuí consideravelmente o índice de evasão e diminuindo o de exclusão escolar, com o objetivo de "faturar" politicamente, ou seja, gerando índices favoráveis para a ONU e Banco Mundial, seus agentes financiadores. E a qualidade dos professores? A capacitação permanente para garantir a qualidade de educação e ensino, se resume aos projetos como o feito pelo governo do Paraná de 1995-2002 em Faxinal do Céu, ou seja, mais conhecido como Universidade do Professor, onde por cinco dias confinavam os professores numa ex-vila operária, construída para os funcionários na época da construção de uma Usina Hidrelétrica, ainda nos moldes do governo de exceção, ou seja, nos tempos da ditadura, onde há um confinamento total, inclusive as poucas cabines telefônicas, único meio para se comunicar para fora, necessariamente passam via telefonista, ou seja, um controle total, não há sinal para celular, não sei se pela distancia, ou seja, pela ausência do serviço, ou por bloqueio e decisão política do Estado? O lugar é isolado, com cancelas e guaritas, onde os professores são obrigados

24h00 por dia a usarem um crachá de identificação por cor, nos moldes dos campos de concentração nazistas durante a Segunda Guerra, onde podem controlar quase todos os movimentos dos professores, sendo um lugar ideal para fazer a “cabeça”!

Socialização de conhecimentos contra o Governo aligeirador da educação!

“(...) a guerra sempre é usada para amenizar certas tensões econômicas, tais como o desemprego, a recessão, a inflação alta, etc., pois diante de um período de guerra essas questões se minimizam. (...) O dinheiro não é só um objeto da paixão de enriquecer; ele é o próprio objeto. Essencialmente, esta paixão é a maldita sede do ouro. A paixão de enriquecer, ao contrário da paixão pelas riquezas naturais particulares ou pelos valores de uso tais como o vestuário, as jóias, os rebanhos, etc., só é possível a partir do momento em que a riqueza geral se individualiza numa coisa particular e pode, assim, ser retida sob a forma de uma mercadoria isolada. O dinheiro surge, portanto, como sendo o objeto e a fonte da paixão de enriquecer. No fundo, é o valor de troca, o seu crescimento, que se torna um fim em si. A avareza mantém o tesouro prisioneiro, não permitindo ao dinheiro tornar-se meio de circulação, mas a sede do ouro mantém a alma de dinheiro do tesouro, a constante atração que exerce sobre ele a circulação.”

Karl MARX. *Contribuição à Crítica da Economia Política*, p. 128 e 227-228, 1983.

Hoje a trincheira de resistência pode se resumir a uma idéia da época da ditadura, onde o educador Saviani propunha como forma de resistência;

“só existe uma maneira de acabar com o saber da elite: POPULARIZA-LO”

Daí a importância de se socializar os resultados das pesquisas e estudos para que se estabeleçam formas de enfrentamento coletivas das problemáticas que colocam em risco a formação do geógrafo e dos professores e educadores em geral.

Usamos a memória do nosso Álvaro José de Souza, quase como pretexto, lembrando-se de seus ensinamentos, principalmente em seu livro, *Geografia Lingüística: Dominação e Liberdade*, numa inspiração na sua generosidade intelectual, para sintetizar esse quadro, mas para contribuir no diagnóstico da realidade, para o governo da esperança, que muitos de nós esperamos, e vimos concretizar, daí nossa responsabilidade política e social na efetivação de um modelo que se sustente, e que se torne permanente para reverter esse quadro monstruoso implantado pelos sócios do

neoliberalismo global. Essas mudanças no mundo do trabalho, que não se justificam apenas pelo avanço científico-tecnológico, mas basicamente por uma etapa do capitalismo chamada de "acumulação flexível", e seus impactos na educação: a polarização das competências em nível individual, regional e mundial e o conseqüente aligeiramento generalizado, refletido no descaso com o compromisso de se educar igualmente todos, mas em condições iguais; a substituição de um paradigma rígido por paradigmas mais flexíveis, fazendo com que as pessoas se ajustem ao que o mercado entende como necessário; e a racionalidade do retorno financeiro imediato.

Diante desses impactos na educação e ressaltando a política "assistencialista" do Banco Mundial em relação ao Brasil, é preciso ficar atento para as políticas públicas do novo Governo Popular, de adequar, em nome da cidadania, as políticas educacionais do país, para fazer frente ao legado de FHC e ao pensamento estadunidense de que "existem pessoas que nasceram competentes para estudar e pessoas que nasceram para trabalhar". Baseado nesse absurdo, e analisando o diagnóstico, chega-se então à conclusão que o Governo FHC acreditou (e apoiou) que não se precisa de uma educação rigorosamente qualitativa para a maioria dos brasileiros, e assumiu o papel de maior aligeirador da educação brasileira.

Referências:

1. A CARTA DE PORTO ALEGRE - Cadernos de Porto Alegre, Porto Alegre: 2003.
2. BRABANT, J.M. Crise da geografia, crise da escola. *In*: OLIVEIRA, A.U. de (org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** São Paulo: Contexto, 1999. p.15-23.
3. ESTEVES, José. *In*: NOVOA, ANTÓNIO (org.). **Profissão professor**. Coleção Ciências da Educação. Porto: Editora Porto, 1991.
4. FORRESTER, V. **O Horror Econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.
5. FORQUIN, J.C. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas de conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
6. GIROUX, H. **Teoria e Resistência em Educação**. Petrópolis: Vozes, 1986.
7. HADDAD, F. **Trabalho e Classes Sociais**. Tempo Social; Rev. Sociologia. USP, S. Paulo, 9(2): 97-123, outubro de 1997.
8. LOPES, M.I.S. Educação, Qualificação e mundo do trabalho: Danos e Ganhos. *In* PRIORI, A. **O Mundo do Trabalho e a Política**; ensaios interdisciplinares. Maringá: Eduem, 2000, p.139-151.
9. MARX, Karl. **Textos Econômicos**. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.
10. MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
11. MOSCHCOVITCH, L.G. **Gramsci e a Escola**. São Paulo: Ática, 1990.
12. NÓVOA, António (org.). **Os Professores e a sua Formação**. Nova Enciclopédia. Temas de Educação 1. Lisboa: Dom Quixote, Instituto de Inovação Educacional, 1992.
13. SACRISTÁN, J. Gimeno. Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores. *In*: NÓVOA, António (org.). **Profissão Professor**. Coleção Ciências da Educação. Porto: Editora Porto, 1991. p.61-92.
14. SANTOS, M. **Técnica Espaço e Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
15. ———, **Por Uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
16. SGUISSARDI, V. Educação Superior: O Banco Mundial reforma suas teses e o Brasil reformará sua política? **Universidade e Sociedade**, v.10, n.22, p. 66-76, nov.2000.